



I. Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A Administração da CEB LAJEADO S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Mensagem da Administração O ano de 2015 foi marcado por fortes turbulências na gestão financeira e operacional das geradoras em geral e das hidrelétricas em particular. A escassez de chuvas no país reduziu de forma acentuada o nível dos principais reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste. A legislação que regula as relações entre as geradoras e demais agentes que atuam no mercado de energia elétrica não se mostrou apta ao enfrentamento das consequências financeiras da crise hídrica, principalmente em função da atribuição legalmente definida para o risco hidrológico. A vertiginosa ascensão do preço da energia no mercado "spot" – ao qual as geradoras hidráulicas tiveram de recorrer para cobrir seus déficits de geração – impôs-lhes passivos incompatíveis com as receitas auferidas, nos termos dos contratos de compra e venda celebrados com as distribuidoras. Evidenciou-se, então, a inadequação das regras vigentes à realidade produzida pela anomalia climática. A falta de soluções no quadro regulatório existente, houve generalizada corrida dos geradores hidráulicos ao Poder Judiciário para contestação dos avançados passivos que lhes eram atribuídos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Em meio às dificuldades impostas pela hidrologia desfavorável, a CEBLajeado obteve a renovação do contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, vencido em julho de 2015. O novo período contratual irá até 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão de geração. À vista da questão hídrica vivenciada, a renovação do contrato não mais alcança a totalidade do bloco de energia de titularidade da empresa na produção global da Usina Luis Eduardo Magalhães, conforme estratégia de "hedge" detalhada no item "Contexto Operacional" deste relatório. Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado com a CEB Distribuição, a renovação significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente da qual a CEBLajeado é titular. A receita da CEBLajeado oriunda da venda de energia é complementada pelo rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na empresa Investo S.A., detentora dos ativos de geração da Usina.

O ano de 2015 também foi marcado pelo significativo avanço alcançado a partir da adequação dos custos operacionais da empresa. Inicialmente, como forma de compor e compartilhar a estrutura de negócios da Companhia, a CEBLajeado transferiu a sua sede para o complexo administrativo do Grupo CEB. Além dessa medida e tão importante quanto, a empresa promoveu a readequação do seu quadro de recursos humanos e o encerramento do contrato de terceirizados em abril de 2015.

A Empresa A CEBLajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investo S.A., constituem o denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

A energia elétrica gerada pela UHE Luis Eduardo Magalhães é comercializada no regime de produção independente, nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas respectivas participações. Em 2015, a CEBLajeado foi responsável pelo suprimento de 9,94% de toda a demanda de energia do Distrito Federal.

Contexto Econômico-Financeiro Seguindo a trajetória de queda pronunciada em 2014, o PIB brasileiro fechou 2015 com redução de 3,8% e taxa de inflação de 10,67%. No regime de metas de inflação adotado pelo Banco Central, com núcleo de 4,5% e teto de 6,5%, esse índice inflacionário configurou uma ultrapassagem de quase 65% do teto estabelecido. A balança comercial registrou o melhor saldo em 4 anos, encerrando 2015 com superávit de US\$ 19,7 bilhões. O resultado decorreu da combinação de retração do mercado interno – gerando excedentes exportáveis –, queda do preço do petróleo e alta expressiva do câmbio. Tais fatores inibiram a importação e estimularam as exportações, produzindo saldo positivo nas transações comerciais com o exterior. Por seu turno, o setor elétrico também viveu um ano de grandes dificuldades. A hidrologia desfavorável, responsável por aumento do risco de déficit de geração e o inadimplemento financeiro generalizado entre agentes do setor, contribuíram fortemente para um quadro de instabilidade. A atração de capitais foi fortemente prejudicada, instaurando-se um preocupante cenário de iliquidez setorial.

Mesmo integrada a um ambiente de inúmeras dificuldades e contratempos, a CEBLajeado alcançou resultados empresariais expressivos, principalmente se comparados ao exercício de 2014, o que demonstra a robustez do conjunto de ações implantadas pela administração da empresa e a consistência na execução das estratégias comerciais da organização.

Questão Regulatória Relevante Pleito Sobre Perdas e Custo de Transmissão A CEBLajeado, por intermédio do escritório de advocacia Mukai Advogados Associados, ajudou, em desfavor da ANEEL, em 2009, Ação Ordinária nº 2009.34.00.008120.5, distribuída à 1ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, a fim de obter, na formação da tarifa homologada naquela Agência, tratamento isonômico às demais empresas do Consórcio Lajeado, por meio da homologação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Suprimento celebrado entre a CEBLajeado e a CEB Distribuição. Por conseguinte, objetiva-se transferir aquela distribuidora o ônus do uso da rede básica de transmissão no desempenho do citado Contrato de Suprimento. Nessa ação, é pleiteada, ainda, a retroação dos efeitos à entrada em operação da Usina, ocorrida em 2001. Estima-se que o sucesso na disputa judicial poderá implicar créditos, perante a CEB Distribuição S.A., com valores superiores a R\$ 50,0 milhões.

Em 19 de dezembro de 2011, o pedido foi julgado improcedente, tendo a CEBLajeado, em 15 de dezembro de 2011, interposto Recurso de Apelação, a fim de reformar a sentença e declarar nulo o ato que não homologou o referido Termo Aditivo e, consequentemente, compeliu a Aneel a efetuar a homologação do Aditivo. O processo foi distribuído à Quinta Turma do TRF da 1ª Região e aguarda julgamento.

Contexto Operacional Repetindo o exercício anterior, 2015 foi, como já ressaltado anteriormente, um ano difícil para o setor elétrico e caracterizou-se pela escassez generalizada de chuvas e intenso despacho das termelétricas, de forma a preservar os níveis de água ordinários. Nesse contexto de judicialização exacerbada, a CCEE somente conseguiu efetuar as Realocação de Energia – MRE, não alcançou o mínimo esperado, o que levou as empresas a buscarem soluções engenhosas para enfrentar a anomalia. Como participante desse mecanismo de compartilhamento de risco hidrológico, a CEBLajeado, juntamente com as demais empresas que compõem o MRE, cedeu parte de sua geração ao sistema, a preços reduzidos (valor fixado pela Aneel), sendo obrigada a adquirir energia no mercado de curto prazo a valores bem superiores, de forma a honrar seu contrato de comercialização de energia com a CEB Distribuição S.A. Nessas situações de déficit sistêmico de geração, as geradoras necessitam comprar energia no Mercado de Curto Prazo para honrar seus contratos de venda. Assim, o déficit de geração provoca exposição financeira negativa ao gerador, o que se traduz em perda de oportunidade de receita com a venda de contratos. Ressalta-se que, em geral, tal mecanismo produz resultados favoráveis para as geradoras quando o problema é localizado e não generalizado. Entretanto, quando ocorrem eventos das dimensões verificadas no biênio 2014/2015 (dificuldades de geração em praticamente todos os mercados), são inevitáveis os efeitos nefastos como os registrados nesse período.

Como agravamento da crise e, consequentemente, o desequilíbrio econômico-financeiro das empresas do setor elétrico, a Aneel se viu obrigada a reaver o preço da energia no mercado de curto prazo, reduzindo o valor teto do MWh de R\$ 822,83, em 2014, para R\$ 388,48, em 2015.

Diante da incapacidade financeira das empresas de geração hidrelétrica frente a tais exposições negativas, mesmo com a redução de preço no mercado de curto prazo, grande parte das geradoras obteve liminares judiciais que obrigaram a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel a suspender os efeitos financeiros do déficit hídrico para aqueles agentes. O grande número de liminares impediu que a CCEE recolhesse os créditos necessários para pagar todas as geradoras com posição credora. Nesse contexto de judicialização exacerbada, a CCEE somente conseguiu efetuar as contabilizações até o mês de agosto de 2015. Desde setembro de 2015 a contabilização e a liquidação encontram-se suspensas, aguardando a manifestação da Aneel a respeito da repactuação do risco hidrológico. Como estratégia comercial de médio e longo prazos, a CEBLajeado optou por renovar em julho de 2015, com vigência até o término da concessão em 15 de dezembro de 2032, o contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, em vez de participar dos leilões organizados pela Aneel e correr o risco de obter preços inferiores aos atuais. Além da adoção dessa medida, a Empresa decidiu, também, reduzir o volume de energia contratada como forma de mitigar o risco proveniente de um ciclo hidrológico desfavorável dos últimos anos. Embora a receita da Companhia tenha sido levemente afetada em razão dessa redução, o custo evitado com a aquisição de energia no mercado de curto prazo compensou, significativamente, a queda no faturamento anual da CEBLajeado, pois o volume descontratado, mesmo sem ser comercializado, serviu como uma espécie de hedge para compor o déficit na geração de energia e, consequentemente, o cumprimento do contrato bilateral com a CEB Distribuição.

Gestão Econômico-Financeira A CEBLajeado, na condição de empresa estatal do Distrito Federal, tem seu orçamento elaborado em estrita obediência à legislação distrital e, na estrutura orçamentária do Governo do Distrito Federal, a empresa integra o programa "Energia para o Desenvolvimento".

Toda energia comercializada pela CEBLajeado é produzida pela UHE Luis Eduardo Magalhães, cuja a titularidade pertence à empresa Investo S.A. Por meio de um contrato de arrendamento, 99% dos ativos de geração da Usina são arrendados às empresas CEBLajeado, Lajeado Energia e Paulista Lajeado.

O valor anual do arrendamento é projetado com base na remuneração de 8,83% sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada. O resultado encontrado é corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Decorrido o período da projeção, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste – CA, cujo objetivo é ajustar os valores projetados aos efetivamente incorridos no período. A CEBLajeado responde por 20% dessa despesa.

No exercício de 2015, a CEBLajeado obteve um lucro de R\$ 65.999 (R\$ 20.574 em 2014), que proporcionará a distribuição de R\$ 18.876 mil de juros sobre capital próprio e partes beneficiárias. A título de dividendos, o valor de R\$ 27.694 mil ficará à disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO, a realizar-se até o mês de abril de 2016. O Ebitda (Lucro antes das despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social sobre lucros e das depreciações e amortizações) de 2015 foi de R\$ 67.835 mil, frente a R\$ 24.189 mil em 2014, com margem de 60,56%.

No exercício, destaque-se a redução de 72% no volume de energia adquirida no Mercado de Curto Prazo – CCEE, de R\$ 50.837 mil em 2014 para R\$ 14.467 mil em 2015. No decorrer do exercício de 2015 e início de 2016, a CEBLajeado distribui para os seus acionistas R\$ 41.691 mil, entre juros sobre capital próprio, dividendos e partes beneficiárias.

Relacionamento Institucional A CEBLajeado mantém estreito relacionamento com inúmeros órgãos, tais como Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Operador Nacional do Sistema – ONS, Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Ministério de Minas e Energia – MME, Associações de Classe, Fundações e Concessionárias em geral, e atua em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro e consequentemente garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Companhia.

Força de Trabalho A CEBLajeado preocupada em corresponder às expectativas do Controlador e no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano e, para isso, conta com uma força de trabalho composta de 7 profissionais. A seguir, detalha-se o quadro de pessoal da empresa:

COLABORADORES: Quadro próprio (0), Comissionados, sem vínculo efetivo (5), Contratados terceirizados (0), Requisitados da CEB Distribuição (2), Estagiários (0), Total geral (Força de trabalho) (7).

Gestão Administrativa A Diretoria da CEBLajeado tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que esses possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos no planejamento estratégico da Companhia.

Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2015, destacam-se: Renovação e licitação de contratos administrativos, de natureza contínua; Padronização e normatização dos procedimentos administrativos e financeiros; Adequação orçamentária com foco nos objetivos empresariais;

Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); Reavaliação do sistema de informática com foco na melhoria empresarial; Renovação do contrato bilateral de compra e venda de energia; Distribuição total dos resultados retidos referentes aos exercícios de 2013 e 2014.

Perspectivas e Planos Futuros A CEBLajeado dará continuidade às ações já implementadas para maximizar os seus resultados empresariais. Entre as mais importantes, destacamos: Definir estratégias comerciais a partir do bloco de energia descontratado, inclusive considerando a possibilidade de comercializá-lo no ambiente livre;

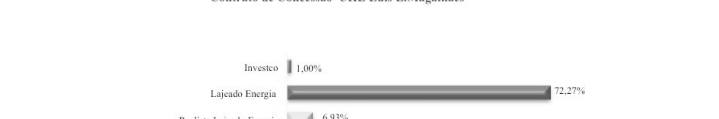
Acompanhar o andamento da ação ordinária objeto do Processo n.º 2009.34.00.008120.5, imprerada em desfavor da Aneel, com vistas à obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado.

Aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano; Manter a busca permanente da qualidade e da transparência nas decisões empresariais; Qualificar e aprimorar a força de trabalho.

Agradecimentos A Administração da CEBLajeado agradece aos seus acionistas, à CEB Distribuição, aos parceiros, fornecedores e instituições financeiras pela confiança que depositaram na empresa durante o exercício de 2015 e, em especial, aos Conselhos de Administração e Fiscal e aos colaboradores pela dedicação, empenho e compromisso, orientado para o cumprimento dos objetivos empresariais, com vistas à contribuir para tornar a empresa uma referência de eficiência na geração de resultados para os seus acionistas e para a sociedade do Distrito Federal. Brasília, 31 de dezembro de 2015.

A Administração

II. A CEBLajeado em Números



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COM A OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Tabela de demonstrações financeiras com colunas para ATIVO, Notas, 31.12.2015, 31.12.2014 (Reclassificado), PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, Notas, 31.12.2015, 31.12.2014. Inclui sub-totais para Circulante e Não Circulante.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tabela de demonstrações dos resultados com colunas para Notas, 31.12.2015, 31.12.2014. Inclui itens como Receita operacional líquida, Lucro operacional bruto, Resultado antes do resultado financeiro, Resultado financeiro, Imposto de renda e contribuição social, Partes beneficiárias, Lucro líquido do exercício, Lucro líquido do exercício diluído por ação.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Tabela de demonstrações dos resultados abrangentes dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com colunas para 31/12/2015 e 31/12/2014. Inclui itens como Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente total.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido com colunas para Capital Social, Reserva de Capital, Reservas de Lucros (Reserva de lucros, Dividendos Adicionais Propostos), Outros Resultados Abrangentes, Lucros Acumulados, Total. Inclui sub-totais para Saldo em 31 de dezembro de 2013, Resultado Abrangente Total, Saldo em 31 de Dezembro de 2014, Resultado Abrangente Total, Saldo em 31 de Dezembro de 2015.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB LAJEADO S.A. Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Tabela de demonstrações do valor adicionado com colunas para 31/12/2015, 31/12/2014. Inclui itens como 1- Receitas, 2- Insunsumos adquiridos de terceiros, 3- Valor adicionado bruto (1-2), 4- Retenções, 5- Valor adicionado líquido produzido (3-4), 6- Valor adicionado recebido em transferência, 7- Valor adicionado total a distribuir (5+6), 8- Valor adicionado total distribuído.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB LAJEADO S.A. Demonstrações de fluxos de caixa pelo método direto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Tabela de demonstrações de fluxos de caixa pelo método direto com colunas para 31/12/2015 e 31/12/2014. Inclui sub-totais para Entradas e Saídas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB LAJEADO S.A. Demonstrações de fluxos de caixa pelo método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Tabela de demonstrações de fluxos de caixa pelo método indireto com colunas para 31/12/2015 e 31/12/2014. Inclui sub-totais para Atividades operacionais e Investimentos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB LAJEADO S.A. Demonstrações dos resultados abrangentes dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Tabela de demonstrações dos resultados abrangentes dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com colunas para 31/12/2015 e 31/12/2014. Inclui itens como Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais, Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento, Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamentos, Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB LAJEADO S.A. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido com colunas para Capital Social, Reserva de Capital, Reservas de Lucros (Reserva de lucros, Dividendos Adicionais Propostos), Outros Resultados Abrangentes, Lucros Acumulados, Total. Inclui sub-totais para Saldo em 31 de dezembro de 2013, Resultado Abrangente Total, Saldo em 31 de Dezembro de 2014, Resultado Abrangente Total, Saldo em 31 de Dezembro de 2015.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB LAJEADO S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

1 Contexto Operacional 1.1 - Objetivo social A CEB LAJEADO S.A. ("CEBLajeado" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado de direito privado, controlada pela holding Companhia Energética de Brasília – CEB, que é coligada de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999. Esta lei foi alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para autorizar a sua reestruturação societária. Sua sede social está localizada na cidade de Brasília-DF no endereço SIA - Área de Serviços Públicos Lote "C" Bloco "M".

A CEBLajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo aproveitamento Hidroelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, para o que poderá participar da sociedade Investo S.A. ("Investo"), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista.

1.2 - Participação societária A CEBLajeado e as empresas Lajeado Energia S.A. ("Lajeado Energia") e Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado Energia") são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investo, uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, constituída para administrar a UHE Luis Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, estado do Tocantins, na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93.

1.3 - Concessões A CEBLajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investo, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

A concessão da UHE Luis Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

Tabela de quotas com colunas para Quota, Paulista Lajeado Energia (72,27%), CEBLajeado (19,80%), Lajeado Energia (6,93%), Investo (1,00%), Total (100,00%).

A Investo é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente pelos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luis Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias, e não há relação de compra e venda de energia entre a Investo e a CEBLajeado.

A UHE Luis Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e energia assegurada 823,3 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos.

Caso a produção de energia seja inferior a quantidade de energia contratada, as Concessionárias deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos. Reciprocamente, as Concessionárias serão ressarcidas da mesma forma, caso a produção seja superior à energia contratada. A partir de 2016 valerá os termos da

13.203.015, conforme detalhado abaixo no item 1.5.

A Companhia tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, firmado em 27 de novembro de 2001, no valor de R\$ 84.758,2 MW/Ano. Em 30 de dezembro de 2014 foi assinado o novo termo aditivo ao contrato bilateral de compra e venda de energia estipulando a sua prorrogação até o prazo limite da concessão de CEBLajeado (15 de dezembro de 2032). É importante destacar que em 2015 e 2016 volume contratado foi reduzido em 11,02% passando para 796.949,79 MW/Ano. Para o restante dos anos de vigência do contrato, o montante será de 823.822,25 MW/Ano, o que representa uma redução de 7,4% em relação ao valor do contrato original. A adoção dessa medida teve como objetivo reduzir a exposição da CEBLajeado no Mercado de Curto Prazo, e, caso houvesse excedente de energia, realizar a sua venda pelo Preço de liquidação das Diferenças - PLD.

1.4 - Pesquisa e desenvolvimento - P&D

A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.5 - Repactuação do risco hidrológico

Nos anos de 2014 e 2015, os geradores hidrelétricos observaram a ocorrência de elevadas exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo (MCP) de energia em função do déficit hidrológico. Em determinadas situações, quando a geração de todas as usinas perferecia ao Mecanismo de Rateação de Energia - MRE inferior ao somatório do valor a ser gerado, afetado por cada uma delas, este déficit de geração deve ser distribuído de maneira proporcional para cada gerador.

Nestas situações de déficit de geração sistêmico, as geradoras necessitam comprar energia no MCP para honrar seus contratos de venda.

Diante de contínuas e expressivas exposições negativas, em julho de 2015 a CEBLajeado obteve liminar judicial que obrigou a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a suspender os efeitos financeiros do déficit hidrológico, em razão da não aplicação do ajuste do déficit hídrico (GSF) e da proteção ao rateio da inelutabilidade a partir da contabilização de junho de 2015. Em outubro, nova decisão judicial ratificou a não aplicação do GSF e do rateio independente do mês da contabilização.

O grande número de liminares impediu que a CCEE recolhesse os créditos necessários para pagar todas as geradoras com posição credora, o que levou a suspensão da liquidação financeira do MCP de setembro de 2015.

Como forma de solucionar a questão, em 18 de agosto de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 688, que buscou estabelecer os pilares para a repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração hidrelétrica. A Medida provisória, contida na Lei nº 13.033, de 08 de dezembro de 2015, abriu a possibilidade para as empresas geradoras migrarem este risco do negócio, mediante a repactuação do chamado Risco Hidrológico. Para tanto, foi fixado a data de 15/01/2016 como prazo limite para os acordos e a existência das liminares.

Conforme a Resolução ANEEL nº 684, de 11 de dezembro de 2015 que veio regulamentar a referida lei, os termos do acordo de repactuação ofertados para os geradores hidrelétricos que possuem contratos de energia firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, como a CEBLajeado, é baseado na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. Em contrapartida, os geradores hidrelétricos devem retirar as ações judiciais que questionam a aplicação do GSF, além de renunciar o direito de demandar este assunto no Poder Judiciário.

Para os empreendedores detentores de contratos de venda de energia firmados no ACR, a ANEEL ofereceu um conjunto de 25 opções distintas de transferência total ou parcial do risco hidrológico ao consumidor, com valores proporcionais de prêmio pelo risco que variam de 100% a 89%, com efeitos a partir de janeiro de 2016. São eles:

- Classe P, na qual o gerador permanece com a propriedade da energia secundária;
- Classe SP, na qual a energia secundária é transferida ao consumidor;
- Classe SPR, na qual, além da energia secundária, o gerador transfere ao consumidor o risco de redução de Garantia Física.

Visando subsidiar a decisão quanto à viabilidade da repactuação para a CEBLajeado, foram realizadas análises técnicas com base nas simulações de distintos cenários de déficit de geração (GSF) e de preço da energia no Mercado de Curto Prazo (PLD).

Para cada produto foram feitas 2000 simulações e cálculos os Valores Presentes Líquidos (VPL) da empresa geradora, considerando tanto a possibilidade de repactuação do risco hidrológico como a de não repactuação. A partir desses resultados, foi traçada uma distribuição de probabilidades, onde foram comparados os resultados com o sem a adesão à proposta.

Para a CEBLajeado, o produto SP90 foi o que apresentou as melhores condições entre ganho, perda e valor do risco. A decisão da Diretoria da Companhia por esse produto foi devidamente aprovada pelo seu Conselho de Administração e, em seguida, ratificada pelo Conselho de Administração da CEB HOLDING.

O ressarcimento dos valores liquidados em 2015 ocorrerá por meio da postergação do pagamento do prêmio durante a vigência do contrato de venda. Assim, enquanto o agente tiver valores a serem ressarcidos referentes ao ano de 2015, este deixará de pagar o prêmio pelo risco até a amortização total desse ativo regulatório.

A ANEEL ao analisar o processo para anulação constatou a existência de conflito entre os produtos escolhidos pelos detentores da outorga da Usina, empresas do "Consórcio Lajeado". A escolha do produto SP90 possibilitava a extensão da outorga para amortização do ativo constituído em 2015 enquanto o produto SP92, selecionado pela Investo e Lajeado Energia, esgota o ativo em 13 anos e 3 meses (ANEX II-REN 684/2015-ANEEL) e o produto SP100 selecionado pela Paulista Lajeado Energia em 4 anos e 6 meses (ANEX III-REN 684/2015-ANEEL).

Todas as empresas que exploram a outorga da usina hidrelétrica devem escolher entre o conjunto de produtos que oferecem a extensão ou entre o conjunto de produtos que não oferecem a extensão da outorga. Esta condição para repactuação não consta da REN 684/2015-ANEEL e nem da Lei 13.033/2015, porém torna-se necessária a aderência das empresas a essa premissa.

Tanto no produto SP90 como no SP91, a amortização do ativo regulatório se dará além do prazo de concessão do empreendimento, sendo, portanto, necessária a sua postergação até a quitação total do valor. Já para o produto SP 92 a amortização ocorrerá dentro do período de concessão da Usina.

Por meio dos estudos já relatados anteriormente, a escolha do produto mais adequado depende do nível de aversão ao risco do agente e a opção para os produtos da classe SP é preferível ao cenário de não repactuação. Os produtos SP90, SP91 e SP92 demonstram ser os mais vantajosos para CEBLajeado.

Com a alteração do produto SP90 para SP92, a CEBLajeado ficará mais protegida dos efeitos do GSF, com fator F igual a 8, o que representa uma proteção a partir de 8% sempre que houver uma variação do GSF acima desse percentual, porém, o valor pago com prêmio de risco unitário (R\$/MWh) será elevado.

Para o produto SP92 pela CEBLajeado constituiu-se a melhor opção para resolver a questão apontada pela ANEEL.

O quadro a seguir mostra as principais diferenças entre os melhores produtos para a CEBLajeado:

Produto	Opções de risco (gerador)	Cenários Favoráveis		Ganho MM (Custo Evitado)	Perda MM (Arrendamento)	Valor do Risco em R\$ MM (VaR 5%)	Prêmio de Risco (R\$/MWh)	Resultados a serem resarcidos (referentes a 2015 - R\$MM)	Prazo de postergação do prêmio
		49,1%	32,20						
SP 90	10%	49,1%	32,20	-11,55	1,64	1,25	13,33	Não paga o prêmio	
SP 91	9%	40,8%	31,39	-14,87	0,84	2,00	14,50	17 anos e 3 meses	
SP 92	8%	37,9%	31,84	-17,01	1,30	2,50	16,09	13 anos e 3 meses	

Obs: o prazo de concessão da outorga de Lajeado é de 16 anos ao final de 2015.

Como contrapartida ao ressarcimento da energia de 2015, a CEBLajeado apurou um direito de R\$16.086, apurados com base no Anexo II da Resolução Normativa da ANEEL nº 684/15 para o produto SP92, que fará jus ao montante do prêmio de seguro futuro que deixará de ser pago pela Companhia até 1º de abril de 2029. Este ativo será amortizado linearmente a partir de janeiro de 2016.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1 - Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em consonância com as práticas adotadas pelo seu sócio controlador, que é uma companhia aberta, também são aplicadas as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa - DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R1). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais na Nota Explicativa 32.

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado - DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas.

A CEBLajeado avaliou os eventos subsequentes até 09 de março de 2016, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 - Moeda funcional e unidade funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia na preparação de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseada na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativo financeiro: São avaliados quanto à sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias e Permissonárias que são avaliadas mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revisados anualmente utilizando o método de aplicação de fluxo de caixa para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, civis e fiscais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes e a experiência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação das advogadas internas e externas. As provisões a serem ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa 32.

(iv) Amortização de ativos intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota 12).

(v) Avaliação a ser liquidada no âmbito da CCEE

Os saldos finais de caixa e de outros ativos e passivos são estimados com base nos dados técnicos das liquidações de ativos e passivos baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem diferir dos valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2015, mas não tem sido relevantes ao longo dos anos, tendo em vista o conhecimento acumulado do corpo técnico da CEBLajeado e das empresas do Grupo sobre as normas e experiências em relação ao setor de energia.

2.5 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota 3).

2.6 - Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros em derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria são consideradas as aplicações financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota 3).

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Companhia tem a intenção e a capacidade de manter títulos de valores mobiliários até o vencimento. Tais ativos financeiros são classificados e mantidos até o vencimento. Os investimentos são preservados até o vencimento e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Companhia tem registro Títulos a Receber - Investco S.A. (Nota 9).

c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota 3) e Concessionária e Permissonárias (Nota 4).

(ii) Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia realiza a taxa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo exercem, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma base que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os ativos e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e o passivo simultaneamente.

2.7 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.8 - Concessionária e permissonárias

O valor líquido nesta conta representa a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 4).

2.9 - Ativos financeiros em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão liquidados de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

2.10 - Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos subsequentes auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A taxa de depreciação para o imobilizado é de 10% ao ano, conforme preceitua a Resolução da ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

2.11 - Intangível

A Companhia classifica neste grupo o direito de exploração da concessão da usina (Goodwill gerado na reestruturação societária da Investco S.A.). É constituído pelo valor do ativo obtido na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, deduzido da amortização acumulada, calculada até a data do período final de sua utilização, ou seja, até o final do prazo de concessão (Nota 12).

2.12 - Redução ao valor recuperável de ativos

O saldo de investimentos e intangível (goodwill) são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Baseado na conclusão dos estudos realizados pela Companhia para este fim, não foram identificadas indícios que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2015.

2.13 - Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar (Nota 13) e obrigações com acionistas (Nota 16).

2.14 - Contas a pagar

O valor do contas a pagar é composto basicamente pelo Arrendamento a pagar à Investco pelo uso do seu imobilizado na geração de energia comercializada pela CEBLajeado e pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão - CUST. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data dessas demonstrações financeiras (Nota 13).

2.15 - Obrigações tributárias

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda e contribuição social sobre lucros são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização incorp em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias, que se tornaram devedores quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos, que estão sendo apresentados na conta de ativos e passivos fiscais diferidos caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou quando é feita fisicamente a compensação com impostos a pagar.

2.16 - Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado conforme previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPB 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Os juros sobre capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da aprovação dos juros a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação destas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como distribuição de lucros e não transferem pelo resultado, recebendo o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio são contabilizados a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

2.17 - Participações estatutárias

Alienação de partes beneficiárias, títulos sem valor nominal, estabelecido pelo Estatuto Social com base no art. 46 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Consiste em participação nos lucros anuais de no máximo 10%. O art. 190 da Lei nº 6.404/76, e as alterações citadas acima, definem o lucro sobre o qual se aplica o percentual. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032, quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

2.18 - Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. Os outros ativos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.19 - Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (Nota 19.1).

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e despesas de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.20 - Reserva legal

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota 19.3).

2.21 - Reserva de capital

Constituída pelo valor da alienação das partes beneficiárias, foi classificada de acordo com a alínea "a" do § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 19.2).

2.22 - Reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído

Constituída de acordo com § 4º e 5º do art. 202 da Lei nº 6.404/76 e § 1º do art. 35 do Estatuto Social (Nota 19.3).

2.23 - Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando existem as seguintes evidências convincentes:

- de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador;
- de ser provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade;
- de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e
- de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de comercialização de energia é registrada com base no contrato bilateral firmado com o agente de mercado CCEE e o devidamente registrado na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

2.24 - Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC novas e revisadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018);

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Administração da Companhia avalia o impacto de cada uma das normas e os efeitos significativos sobre os valores reportados.

2.25 - Representação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em 2015 a Companhia realizou uma nova análise sobre a classificação contábil da caução em garantia CCEE, registrado em 31 de dezembro de 2014 no ativo não circulante, e concluiu que a melhor classificação, segundo o nível de liquidez, seria no Ativo Circulante. Dessa forma, para manter o critério de comparabilidade das demonstrações financeiras, a Companhia está representando o ativo do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2014 considerando este saldo como Ativo Circulante, sem qualquer impacto no Passivo, Patrimônio Líquido, Demonstrações do Resultado, Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado para o exercício findo naquela data em função desta reclassificação.

2.26 - Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 09 de março de 2016.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa rotativo	1	1
Banco de Brasília - BBBS	2	1
Banco Itaú	4	-
Banco de Brasília - BRB - aplicação financeira	15.862	3.250
Total	15.869	3.252

4 - Reservas e permissonárias

	31/12/2015	31/12/2014
CEB Distribuição S.A.	23.829	11.912
Câmara de comercialização de energia elétrica	10.693	115
Total	34.522	12.027

O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem no dia 13, 18 e 23 do mês posterior à data de venda de energia. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo era de R\$ 9.760 mil referentes ao faturamento de dezembro a vencer em janeiro de 2016 e de R\$ 13.469 mil referente às parcelas vencidas em julho e novembro de 2015, acrescidas da correção monetária pelo índice IPC-M, multa e juros estabelecidos contratualmente. A Administração da CEBLajeado está em negociação com a CEB Distribuição sobre a quitação das parcelas vencidas e julgou não ser necessária o reconhecimento de nenhuma perda sobre este recebível.

5 - Impostos e contribuições a recuperar

Referem-se atributos compensáveis futuramente, atualizados até a data do balanço, conforme abaixo demonstrado:

	31/12/2015	31/12/2014
IR e CS a recuperar	2.969	4.020
Otros impostos	1	3
Total	2.973	4.023

6 - Causação em garantia - CCEE

O saldo de R\$ 302 mil em 31 de dezembro de 2014 representava a garantia financeira requerida pela CCEE para a realização da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo no mês subsequente, sendo os recursos mantidos em aplicações financeiras no Banco Bradesco até a sua efetiva liquidação, conforme definição estabelecida pelo referido órgão de Comercialização. Em 31 de dezembro de 2015, a CCEE informou a CEBLajeado que não haveria necessidade de depositar a garantia financeira em vez de pagar, a Companhia teria valores a receber quando houver a liquidação financeira oriunda do MCP.

7 - Juros Sobre capital próprio - JSCP

O saldo de R\$ 4.051 registrado em 31 de dezembro de 2015 refere-se aos Juros sobre Capital Próprio creditado no exercício de 2015 pela coligada Investco, líquido do imposto de renda de 15% conforme definido na legislação.

- Serviço em curso-P&D

O saldo de R\$ 3.676 mil em 31/12/2015 (R\$3.439 mil - 31/12/2014) corresponde ao montante desembolsado pela Companhia até a data do balanço em projetos de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D, contabilizados no ativo circulante até a conclusão e análise por parte da ANEEL. Posteriormente, os valores contabilizados em P&D serão baixados contra a provisão reconhecida no passivo quando da sua finalização.

- Outros projetos

São serviços executados conjuntamente com a coligada Investco, que é a empresa responsável perante à ANEEL por esses projetos.

A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita Operacional Lí

19 – Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta		
Venda de energia elétrica - CEB Distribuição S.A	121.343	127.578
Energia de curto prazo - CCEE	3.316	3.712
	124.659	131.290
(-) Deduções da receita		
PIS / COFINS	(11.531)	(12.144)
Pesquisa e Desenvolvimento	(1.112)	(1.180)
	(12.643)	(13.324)
Receita operacional líquida	112.016	117.966

20 – Custo com energia elétrica e operação

	31/12/2015	31/12/2014
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	14.467
Repactuação do risco hidrológico	21.2	(16.086)
Arrendamento Investco S.A.	21.3	41.850
Custo uso do sistema de transmissão		10.532
Compensação financeira utilização de recursos hídricos		4.384
Taxa de fiscalização		414
Contribuição compulsória CCEE		92
Total	55.653	108.246

20.1 - Energia elétrica comprada para revenda: A redução desta despesa em R\$ 37.351 no exercício de 2015 em comparação ao mesmo período de 2014 foi consequência do regime pluviométrico atípico registrado no Brasil neste ano, principalmente no terceiro trimestre de 2014, que gerou para a Companhia uma despesa no montante de R\$ 51.818 naquele período, já incluído nesse valor os encargos com energia de curto prazo. Adicionalmente, existem outros fatores que corroboraram para esta ocorrência como a redução do teto do PLD de R\$822,83/MWh praticados em 2014 para R\$388,04/MWh em 2015.

20.2 - Repactuação do risco hidrológico: O valor de R\$16.086 refere-se a contrapartida instituída pela Resolução ANEEL 684/15 para a repactuação do risco hidrológico. O valor foi registrado como redutora da despesa e não como receita uma vez que a sua essência é fazer frente ao montante de energia do ano de 2015 arcado pelo Gerador, conforme detalhado na Nota 1.5

20.3 - Arrendamento Investco S/A: Despesa relativa ao arrendamento dos ativos da UHE Luis Eduardo Magalhães pertencentes à Investco, apurado conforme detalhado na nota explicativa 13.2.

21 – Despesas gerais e administrativas

	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	1.365	1.174
Serviços de terceiros	1.027	2.463
Aluguéis	58	257
Contribuição sindical patronal	48	45
Depreciação	20	17
Despesas diversas	12	73
Material	6	8
IPTU	4	14
Doações	-	1
Total	2.540	4.052

A redução da despesa de serviços de terceiros em aproximadamente R\$ 1.436 no exercício de 2015 em comparação ao mesmo período do ano anterior foi consequência de redução do quadro de pessoal (Emprego em Comissão) ocorrido pela adoção de medidas estabelecidas pela Administração com objetivo de redução de custos.

22 – Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(224)	(160)
Ajuste a valor presente	(74)	(74)
Variação monetária	(779)	(184)
Multa moratória	(2)	(122)
Subtotal	(1.079)	(540)
Receita financeira		
Receita financeira sobre aplicação financeira	1.100	2.787
Atualização financeira	939	(1.121)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebido	265	197
Juros e multa	2.038	537
Exposição financeira CCEE	-	2.961
Outras receitas financeiras	807	247
Subtotal	5.149	5.608
Resultado financeiro líquido	4.071	5.068

23 – Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2015		31/12/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	65.998	65.998	23.355	23.355
Adições permanentes				
Amortização	5.887	5.887	5.887	5.887
Gratificação de diretores	37	37	33	33
JSCP creditados - Coligadas	7.119	7.119	8.578	8.578
AVP dividendos ações preferenciais	74	74	74	74
	13.117	13.117	14.572	14.572
Adições temporárias				
Provisão MCP-CCEE	431	431	-	-
Exclusões permanentes				
Resultado equivalência patrimonial	(13.993)	(13.993)	(18.506)	(18.506)
JSCP creditados no exercício	(14.000)	(14.000)	(11.000)	(11.000)
Dividendos recebidos	(149)	(149)	(64)	(64)
JSCP creditados	(116)	(116)	-	-
AVP ações preferenciais	(65)	(65)	(60)	(60)
	(28.323)	(28.323)	(29.629)	(29.629)
(=) Base de cálculo IRPJ e CSLL corrente	51.223	51.223	8.298	8.298
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Adicional (lucro superior a R\$ 240 mil no período)	10%	0%	10%	0%
Despesa IRPJ e CSLL	12.772	4.610	2.034	747
Taxa efetiva	19,4%	7,0%	8,7%	3,2%
IRPJ e CSLL correntes		17.382		2.781
IRPJ e CSLL diferidos		147		-

O saldo de R\$147 reconhecido no resultado e no ativo refere-se ao reconhecimento de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos na base de 34% sobre a adição temporária relativa à provisão MCP – CCEE, de R\$ 431, conforme acima, que se tornará dedutível no futuro.

24 – Remuneração dos administradores

24.1 - Remuneração e encargos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria

O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, sendo 2 (dois) deles, e seus respectivos suplentes, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações ordinárias da Companhia, e 1 (um) deles, e seu respectivo suplente, eleito pelos acionistas detentores da maioria das ações preferenciais da Companhia. A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração é fixada pela Assembleia Geral da CEBLajeado.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral da CEBLajeado, que fixará a respectiva remuneração, observando os limites legais.

A Diretoria composta por 3 (três) membros, residentes no país, sendo um Diretor Geral e um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. A remuneração dos membros é fixada pela Assembleia Geral.

O valor total da remuneração paga até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 688 (R\$ 656 até 31 dezembro de 2014).

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração	76	85	437
Gratificação			91
Encargos sociais	13	17	159
Previdência privada			1
Total	89	102	688
Número de membros	3	3	2

25 – Partes relacionadas

	Partes Relacionadas	Período Transação	Preço Praticado em MWh	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Concessionárias						
a) Venda energia elétrica	CEB Distribuição	27.11.01 a 15.12.32	156,81	19.687		121.343
b) Encargos sobre energia	CEB DISTRIBUIÇÃO			4.142		
Participação Societária						
c) Título a receber	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33		1.137		265
d) Investimento	INVESTCO			215.817		13.993
Obrigações c/Acionistas						
e) Dividendos Declarados	CEB HOLDING	31.12.15				(380)
f) Dividendos Declarados	ELETROBRAS	31.12.15				(296)
g) Juros s/ capital próprio	CEB HOLDING	31.12.15			6.655	
h) Juros s/ capital próprio	ELETROBRAS	31.12.15			5.245	
i) Partes beneficiárias	ELETROBRAS	31.12.15			6.934	(4.876)
Contas a Pagar						
j) Arrendamento	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33			3.843	(41.850)
k) Pessoal cedido	CEB DISTRIBUIÇÃO	01.01.15 a 31.12.15			80	
Partes relacionadas						
l) Ágio Eletrobrás	ELETROBRAS			100.077		(5.887)

a) Representa os valores a receber vencidos e a vencer em 31 de dezembro de 2015 e os valores faturados durante o exercício de 2015 referente ao contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição mencionado na Nota explicativa 4.

b) Representa encargos a receber sobre a venda de energia à CEB Distribuição, em função dos atrasos nos pagamentos das parcelas pactuadas, apurados conforme critérios definidos contratualmente entre as partes.

c) Representa os valores a receber referentes às ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da coligada Investco, ajustada a valor justo, conforme detalhado na Nota explicativa 9.

d) Representa o saldo do investimento da CEBLajeado na Investco e a equivalência patrimonial do resultado da investida reconhecida no período.

e) Referem-se à atualização monetária dos dividendos declarados a pagar ao acionista controlador.

f) Referem-se à atualização monetária dos dividendos declarados a pagar ao acionista Eletrobrás.

g) Referem-se aos juros sobre o capital próprio a pagar ao acionista controlador.

h) Referem-se aos juros sobre o capital próprio a pagar ao acionista Eletrobrás.

i) Referem-se à partes beneficiárias a pagar ao Acionista Eletrobrás.

j) Refere-se ao contrato de arrendamento celebrado entre CEBLajeado e Investco, conforme demonstrado na Nota explicativa 13.2.

k) Representa os valores a pagar referentes aos empregados cedidos da CEB Distribuição. Os ressarcimentos dos custos dos salários, encargos e benefícios são realizados mensalmente até o final da cessão.

l) Representa o ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida no exercício de 2005, detalhado na Nota explicativa 11, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

26 – Passivos contingentes

27.1 – Contingências fiscais

A Companhia possui processos administrativos de natureza fiscal, no valor principal de R\$3.620, cuja perda foi estimada como possível baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Os processos administrativos fiscais referem-se a créditos tributários compensados por meio de Declaração de Compensação - PER/DCOMP, os quais não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. A CEBLajeado, por meio de escritório de advocacia contratado, apresentou recursos com o objetivo de requerer o reconhecimento do direito de compensação desses créditos tributários.

27.2 – Contingências cíveis

a) Resolução CNPE 03/2013

O Conselho Nacional de Política Energética emitiu a Resolução CNCP nº 03/2013 modificando a sistemática do rateio do Encargo de Serviço do Sistema – ESS, com o intuito de resguardar o risco de segurança energética, alterando a forma de rateio do custo do despacho adicional das usinas termelétricas em seus artigos 2º, parágrafo 5º e artigo 3º, incluindo todos os custos para os agentes de mercado, deixando de ser arcado exclusivamente pelos consumidores, em razão da revogação da Resolução CNCP nº 08/2007.

O encargo que trata a referida resolução destina-se a cobrir os custos decorrentes da geração despachada independente da ordem de mérito, nos termos do artigo 59, inciso I do Decreto nº 5.163/2004.

Até o momento da edição da Resolução CNPE nº 03/2013, os custos decorrentes do acionamento das usinas termelétricas eram custados exclusivamente pelos consumidores. Após a sua edição, tais custos são rateados entre todos os agentes de mercado, proporcionalmente à energia comercializada nos últimos doze meses.

A Companhia interpôs, conjuntamente com outras empresas do grupo, ação ordinária contra a União, questionamento a criação deste novo encargo e obteve antecipação de tutela em 2 de agosto de 2013, excluindo a Companhia do rateio do custo do despacho adicional de recursos energéticos de usina termelétrica, até o julgamento final da ação. O processo encontra-se concluso para sentença em 1ª. Instância desde 29 de abril de 2014. Os assessores jurídicos da Companhia classificaram a perda desta ação como remota, e por isto não foi constituído provisão sobre este assunto em 31 de dezembro de 2015. Os valores envolvidos até dezembro de 2015 que a Companhia foi excluída do pagamento é da ordem de R\$3,7 milhões.

27 – Gestão de riscos

27.1 - Risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

27.2 – Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O mercado de produção de energia por meio da Investco e da venda pela CEBLajeado apresenta oscilações de preços de energia em função, principalmente, de anormalidade hídrica ocorrida nos dois últimos anos, conforme já mencionado nas Notas explicativas 1.5. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

27.3 – Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), concessionárias e permissionários (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, tem equivalentes de caixa que corresponde a uma aplicação financeira que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa. Para concessionárias e permissionários, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica, fato este reduzido em parte através da repactuação do risco hidrológico (Nota 1.5).

27.4 – Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis perante à concessionárias e permissionários e de equivalentes de caixa, bem como do valor resultante da recuperação do valor correspondente à Repactuação do Risco Hidrológico.

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Adicionalmente, o único cliente é também sócio controlador.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante tendo em vista que as aplicações financeiras são realizadas em banco público.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.5 – Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL

A CEBLajeado é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo.

28 – Restrição sobre as propriedades de ativos

No contrato de arrendamento foi oferecido pelas arrendatárias, como garantia, os direitos de concessão e os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia, bem como parte das receitas decorrentes da comercialização de energia gerada pela usina.

29 – Seguros

A companhia não possui apólices de seguros contratados pela administração para cobrir riscos sobre seus ativos, por serem irrelevantes os valores envolvidos na CEBLajeado.

30 – Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

31 – Reconciliação do lucro do período com a geração de caixa operacional

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	43.887	18.517
Depreciação	20	17
Amortização	5.887	5.887
Equivalência patrimonial	(13.993)	(18.506)
Atualização monetária JSCP/dividendos	676	-
Dividendos/JSCP de ações preferenciais	(149)	-
Outros	6	(175)
Ajuste no resultado	36.334	5.740
Variações Patrimoniais		
(Aumento) redução em contas a receber	(22.495)	(307)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	1.050	(4.023)
(Aumento) redução JSCP / dividendos a receber	(1.240)	-
(Aumento) redução tributos diferidos	(147)	-
(Aumento) redução em contas de caução	8.028	(2.782)
(Aumento) redução em outros créditos	(16.945)	(471)
Aumento (redução) em fornecedores e contas a pagar	(7.169)	7.657
Aumento (redução) em impostos e contribuições sociais	14.179	(8.794)
Aumento (redução) em JSCP/dividendos/partes beneficiárias	4.973	2.057
Aumento (redução) em outras obrigações	95	(50)
Total	(19.671)	(6.713)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Juros sobre capital próprio / dividendos recebidos	26.757	12.505
Total das atividades operacionais geradas	43.420	11.532

Brasília – DF, 31 de Dezembro de 2015
FERNADO OLIVEIRA FONSECA
Diretor-Geral

PAULO MARCOS CASCELLI DE AZEVEDO
Diretor Administrativo-Financeiro

CLEBER ALVES PEREIRA
Contador CRC-DF 021056/0-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
CEB LAJEADO S.A.

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da CEB Lajeado S.A. ("CEBLajeado"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração da CEBLaje